

SUBMISSÃO / RESUMO-EDITAIS (PROPEGI/PROEC/PROGRAD) -
TRABALHOS LOCAIS - PESQUISA

**INJUSTIÇA REPRODUTIVA E COERÇÃO CONTRACEPTIVA: DESAFIOS
PARA O ACESSO AOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS NO BRASIL**

Maria Vitória Carneiro Monteiro Alves (mariavitoria.alves@upe.br)

Maria Das Neves Figueiroa (neves.figueiroa@upe.br)

Flávia Eloisa De Figueiredo Oliveira (flavia.figueiredo@upe.br)

Anna Beatriz Mariz Dias (anna.dias@upe.br)

Maria Lúcia Neto De Menezes (maria.luciamenezes@upe.br)

Wanessa Andryelly Da Silva Souza (souzawanessa478@gmail.com)

INTRODUÇÃO: As gestações não intencionais no Brasil decorrem da baixa oferta de métodos contraceptivos diferenciados e restrição das possibilidades de acesso dentre as diversas alternativas de métodos contraceptivos que deveriam ser disponibilizados no Sistema Único de Saúde (SUS). Ocorrem problemáticas denominadas como “injustiça reprodutiva” representada por barreiras que impõem obstáculos para o direito de escolha e de acesso aos insumos e serviços de saúde para determinados grupos populacionais que vivem em contexto de desigualdade social. Por outro lado, há “coerção

contraceptiva” caracterizada quando as mulheres são forçadas a aceitar determinado método contraceptivo que não desejavam, ou quando é impedida de acessar métodos que ela desejava utilizar. OBJETIVO: Este estudo tem como objetivo discutir a ocorrência e consequências da Injustiça reprodutiva e Coerção contraceptiva no Brasil. METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão narrativa, cujas consultas foram realizadas na plataforma Scientific Electronic Library Online, nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde e no portal de periódicos da Capes. O protocolo de pesquisa estabeleceu os métodos a serem usados na revisão, como a questão de investigação, critérios de inclusão, estratégia de busca, seleção dos estudos, extração dos dados, verificação da qualidade, síntese dos dados e relato da análise em um quadro sinóptico. Foram selecionados oito artigos para compor o corpus de análise. RESULTADOS: Este fenômeno recai diretamente para pessoas em maior condição de vulnerabilidade, como a mulher negra, pobre, migrante, lésbica, indígena, e cigana. Elas estão mais expostas a gestações não planejadas, mortalidade materna, ruptura do bem-estar emocional, mental e físico, como reflexo de barreiras à autonomia e liberdade contraceptiva. CONCLUSÃO: Os dados revelam que ainda há grande inconsistência e iniquidade na disponibilização de métodos contraceptivos seguros no SUS.

Palavras-chave: contracepção; direitos sexuais e reprodutivos; anticoncepção; saúde da mulher.